



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPIPANDEMIA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

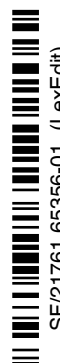
Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, Ministro da Economia, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.*

Um dos eixos de investigação desta CPI diz respeito à gestão federal da economia durante a pandemia.

Além do desemprego e da queda brusca da renda, o convocado precisa responder sobre o projeto de orçamento de 2021. A proposta do governo foi elaborada prevendo-se redução de 8% do PIB da despesa do governo central em relação aos valores de 2020. A redução de despesas, por exemplo, implicou extinção



do auxílio emergencial entre janeiro e março de 2021, agravando a pobreza e reduzindo o consumo das famílias num contexto de elevado desempregado, o que deve levar a uma retração do PIB no primeiro trimestre. Segundo dados oficiais, é a maior contração fiscal praticado entre os países.

Particularmente, o PLOA 2021 não destinou R\$ 1 sequer para o combate à pandemia no Ministério da Saúde. Mesmo com recrudescimento da pandemia, só houve repasses de saúde aos entes para enfrentamento ao coronavírus em abril de 2021, com recursos oriundos de Medida Provisória.

Ante a negligência do governo federal no que se refere à previsão de recursos orçamentários para enfrentamento à pandemia no PLOA 2021, com consequências sanitárias, sociais e econômicas desastrosas, é fundamental que esta Comissão possa ouvir o Ministro Paulo Guedes, tendo em vista o papel do Ministério da Economia na coordenação da elaboração do orçamento público.

Por esse motivo, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares

Sala da Comissão, 6 de maio de 2021.

Senador Humberto Costa
(PT - PE)

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)